

# PROBLEMÁTICAS DO ORDENAMENTO DO CONCELHO DE MATOSINHOS

Malheiro, Carlos A. D. [1]; Meira, Luís F. P. A. [2];  
Esteves, Ricardo B. [3]; Barros, Vasco A. L. [4]

[1] up202005714@letras.up.pt  
[2] up20080478@letras.up.pt  
[3] up202005721@letras.up.pt  
[4] up201905648@letras.up.pt

U.PORTO  
FLUP FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DO PORTO



UNIDADE CURRICULAR:  
INSTRUMENTOS DE  
PLANEAMENTO E  
ORDENAMENTO DO  
TERRITÓRIO

**Resumo**  
Os problemas relacionados com as cidades, designadamente com aquilo que são, em Portugal, as médias e as grandes cidades, afiguram-se como os maiores desafios para quem pensa o planeamento e o ordenamento do território. Perante a crescente velocidade da mudança, os instrumentos que regem esse ordenamento tendem a ficar desatualizados ou desajustados mais rapidamente, pelo que importa perceber até que ponto os mesmos configuram (ainda) uma ferramenta acertada eável para lidar com a realidade. O concelho em estudo, Matosinhos, pertence ao distrito do Porto e integra a Área Metropolitana do Porto (AMP).

## Objetivos e Metodologia

O principal objetivo é caracterizar o concelho em estudo e fazer uma análise das questões do ordenamento segundo o Plano Diretor Municipal de Matosinhos (PDM) e outros instrumentos similares, tentando perceber em que medida tal se aproxima, ou não, da realidade do concelho. Inicialmente foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre o tema. A distribuição espacial da população pelas freguesias de concelho e a estrutura etária foi obtida através dos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a representação em pirâmides etárias foi elaborada com recurso ao software EXCEL, enquanto a representação do Uso e Ocupação do Solo do município foi feita com base na Carta de Uso e Ocupação do Solo de 2018, disponível no site da Direção-Geral do Território (DGT), com recurso ao software ArcGIS Pro.

## Resultados e Discussão (Caracterização)

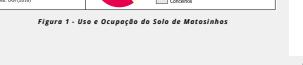
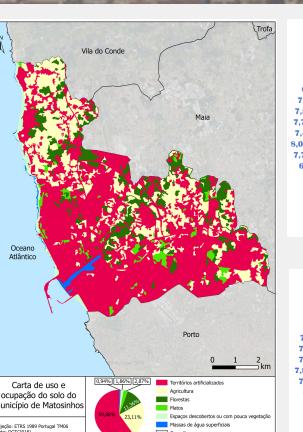


Figura 3 - Uso e Ocupação do Solo de Matosinhos

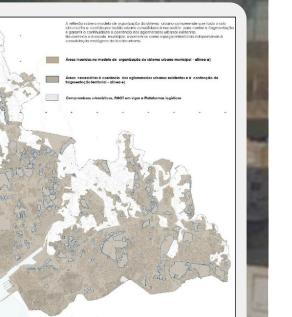
**FIGURA 1**  
• 59,88% da área total é ocupada por territórios artificializados destinados a atividades de intervenção humana.  
• 23,11% da área total é utilizada para agricultura.  
• 82,99% da área de estudo é composta por territórios artificializados e agricultura.  
• A restante ocupação do solo é composta por florestas (11,36%), matos (2,87%), espaços descobertos ou com pouca vegetação (1,86%) e massas de água superficiais (0,94%).  
• Maior área artificializada junto ao Oceano Atlântico e em Sul do Concelho de Matosinhos.

**FIGURA 2 e 3**  
• Em 2021, a população residente em Matosinhos era de 172 557 habitantes, dos quais 52,9% eram do sexo feminino e 47,1%, sendo 47,55% do sexo masculino e 52,45% do sexo feminino. Na densidade era Matosinhos a ter a menor densidade populacional.  
• A população residente em Matosinhos, em 2019, representa 10% da população da Área Metropolitana do Porto (AMP), colocando Matosinhos como o segundo concelho mais densamente povoado da AMP, a seguir ao Porto (Cardoso, 2020).  
• Em 2021, 22,7% das pessoas residentes no concelho tinham 65 anos e mais anos, enquanto em 2001 eram 17,9%.  
• Em ambos os anos representados nas figuras, as classes mais jovens [0-4] até [20-24], a população residente é em maior número masculina, enquanto as classes adultas [30-34] até [85+], a população é em maior número feminina. Estes valores demonstram em parte a maior esperança de vida na população feminina.  
• A classe [25-29] é a única fora dessa regra, em 2021 há mais homens nesta classe, enquanto em 2001 havia mais mulheres.  
• Maior número de população em ambas as pirâmides concentra-se nos centros das mesmas, para a pirâmide de 2011 e a pirâmide adulta e a pirâmide de 2021 é também uma pirâmide adulta porém mais velha. Os valores se mantiverem e não houver mais imigração ou mais nascimentos esta poderá transformar-se numa pirâmide envelhecida.  
• O aumento de número de pessoas mais velhas conjugado com a compressão dos grupos etários mais jovens conduz a um aumento dos índices de envelhecimento (182,6 em 2021; 112,6 em 2011; 76,8 em 2001) (PORDATA, 2021) e de dependência de idosos, o que faz do concelho de Matosinhos um dos mais envelhecidos da AMP (Cardoso, 2020).

## Resultados e Discussão (Problemas)

### FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL

- A fragmentação territorial, isto é, a descontinuidade das áreas urbanizadas, é encarada como um sério problema, uma vez que é contrária ao princípio de densificação da urbanização, um dos principais elos estratégicos deste PDM. "A coesão dos espaços urbanos existentes; através da qualificação e colmatação das áreas livres críticas endógenas, do solo urbano; para que se torne competitivo pela concentração humana como fator crítico de sustentabilidade, desenvolvimento e exponente económico, social e cultural" (PDM, 2019). Desta forma, a contenção da expansão exógena ou periférica dos perímetros urbanos é encorajada, enquanto não se verifica a densificação intersticial da malha urbana já existente.
- Daí emergem dois conceitos críticos neste PDM, que são os conceitos de área livre intersticial (ALI, fig. 4) e de área urbana disponível a consolidar (AUDAC), necessários para conter a fragmentação e garantir a continuidade e a coerência dos aglomerados urbanos existentes. "Estas áreas têm um papel indispensável na estruturação e consolidação endógena do tecido urbano, carecendo de maior ou menor infraestrutura consoante a necessidade de ordenamento do espaço público e a natureza das atividades a que se destinam. Correspondem, como regra, à execução sistemática do Plano, através de unidades de execução, Planos de Urbanização ou de Pormenor." (PDM, 2019).

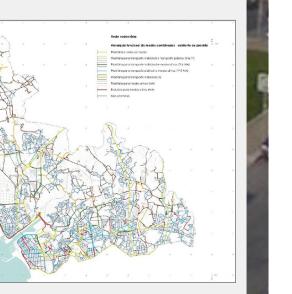


### MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE

- Sob o lema "Mais acessível, mais próximo", o Plano de Mobilidade e Transportes (PMT), anexo ao PDM, desenvolve a visão estratégica proposta para o município, realçando a importância das questões da acessibilidade na qualidade de vida dos cidadãos. Esta visão estrutura-se em dois objetivos estratégicos centrais, orientadores das políticas públicas de mobilidade e que visam priorizar e promover a proximidade como alternativa à mobilidade, esta última devendo comportar padrões mais sustentáveis:

  - Melhorar as condições de acessibilidade;
  - Reequilibrar as oportunidades para todos os modos.

- Algumas das medidas mais importantes que estão previstas no PDM relativamente à problemática da mobilidade são:
  - Criação de novos arruamentos na rede local;
  - Chação de novos atravessamentos e ligações à rede supralocal;
  - Desvio do tráfego de atravessamento metropolitano;
  - Redução da largura das vias para os valores mínimos definidos pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT);
  - Definição de valores máximos de estacionamento privado;
  - Criação de uma rede de pontos de estacionamento para bicicletas.



### FAIXA DE PROTEÇÃO COSTEIRA DA ZONA MARÍTIMA DE PROTEÇÃO

- A descrição das atividades permitidas na Faixa de Proteção Costeira, conforme mencionada no PDM, carece de detalhes regulamentares específicos. Esta falta de especificidade pode gerar incertezas quanto aos critérios exatos para autorização e controlo das atividades permitidas, podendo resultar em possíveis conflitos de interesse ou interpretações ambíguas.
- Adicionalmente, apesar do documento referir algumas restrições, como a proibição da edificação, existem lacunas em relação a outras atividades que poderiam ter impactos negativos no ambiente costeiro. Por exemplo, a proteção de ecossistemas sensíveis ou a regulamentação de atividades que possam afetar a biodiversidade marinha podem não ser abordadas de forma suficiente.
- As várias interpretações destas lacunas podem levar a construção de edificado em zonas de proteção costeira, que podem levar a problemas como a vulnerabilidade a fenômenos naturais como inundações e erosão costeira. Ao remover a vegetação natural e impermeabilizar o solo, essas construções podem intensificar tais problemas, colocando em risco tanto a infraestrutura construída quanto as comunidades locais.
- Além disso, a edificação nessas áreas costeiras pode ter um impacto visual significativo, alterando a beleza natural da paisagem costeira. Essa mudança pode afetar a atratividade turística da região e influenciar a qualidade de vida das comunidades locais, criando consequências visuais e estéticas que podem ser indesejadas.

## Conclusão

O PDM elenca aqueles que são os principais desafios no que toca ao planeamento e ordenamento do território, de entre os foram selecionados três para esta análise. Olhando aquela que é a caracterização feita inicialmente do município matosinhense e a cartografia apresentada, verifica-se que os problemas existem e que foram propostas soluções para os mitigar ou eliminar, ainda que as possamos julgar insuficientes. O PDM de Matosinhos foi revisado recentemente (é um PDM de 3ª geração) pelo que pouco do seu conteúdo estará já desajustado ou desatualizado. Contudo, enfrentará brevemente situações relevantes que o porão à prova e que poderão mesmo vir a forçar a suspensões parciais - como já aconteceu há cerca de um ano, devido à questão do Fusé Valley - ou a revisões precoces.

## Bibliografia

Cardoso, A. (2020). Diagnóstico Social do Concelho de Matosinhos. Disponível em [https://www.cm-matosinhos.pt/cm-matosinhos2020/uploads/writer\\_file/document/25674/diagnostico\\_social\\_2020\\_matosinhos.pdf](https://www.cm-matosinhos.pt/cm-matosinhos2020/uploads/writer_file/document/25674/diagnostico_social_2020_matosinhos.pdf)  
PORDATA (2021). Censos por Concelho e Regiões: Evolução 1960-2021. Disponível em <https://www.pordata.pt/censos/quadro-resumo-municípios-e-regiões/matosinhos-395>